

Troias Negras: Reversão Cultural e Parcerias dos Quilombolas Históricos¹

Alfredo Sotero Alves RODRIGUES²

Maria Salett TAUK SANTOS³

Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

Para os europeus, os africanos por serem negros, consistiam em seres impensantes, amorfos, coisificados, uma “raça inferior”, da qual constituía expressão clássica de serem oprimidos e escravizados. Apesar de humilhados e receberem tratamentos sub-humanos na travessia atlântica e em terras brasileiras, reverteram seus códigos culturais e criaram estratégias para se ter uma vida menos sofrida. A partir desses cenários, esta pesquisa objetiva analisar o processo de reversão cultural dos quilombolas históricos, no contexto da hibridação, com os escravistas do Brasil. O que se quer compreender são as reversões culturais e as estratégias de negociações que os “aquilombados” procederam, nos âmbitos social, laboral e econômico, realizadas com os grupos hegemônicos no período que antecedeu à abolição da escravatura.

Palavras-chave: quilombolas históricos; hibridação; reversão cultural; parcerias dos escravos; negras e negros escravos.

Introdução

Na história das civilizações encontram-se registros factuais, (mito)lógicos e representações simbólicas acerca das atrocidades impelidas e subsumidas ao humano, independente de etnias, por condenações à revelia, guerras, escravidão. Para abastecer os países hegemônicos seiscentistas com a exploração do Novo Mundo, a força motriz se deu pelo aprisionamento e tráfico de homens e mulheres do continente africano em que, “sem negros, não há Pernambuco e sem Angola não há negros” (PADRE VIEIRA apud GRUPO ESCOLAR, 2010).

¹ Recorte da dissertação Ser (Tão) Negro! Reversão Cultural e Desenvolvimento Local na Comunidade Negra Rural Quilombola de Leitão/Umbuzeiro, Afogados da Ingazeira – PE. Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre, professor da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: alfredosotero1@gmail.com.

³ Doutora, professora associada II do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: mstauk@terra.com.br.

Para os europeus, os africanos por serem negros, entre outros preconceitos e atitudes pejorativas, consistiam em uma “raça inferior”, da qual, constituía expressão clássica de serem oprimidos. Dessa forma, as classes hegemônicas desenvolveram

uma estratégia de dominação, que se cristalizou no racismo, ao afirmarem que os escravos, por serem negros, eram inferiores, e, por serem inferiores, eram passíveis de serem escravizados. Assim, como na escravidão clássica os escravos eram chamados de *bárbaros*, [...] negros, povos divergentes dos padrões estéticos europeus dominantes, a mesma estratégia justificadora foi empregada (MOURA, 1987, p. 10, grifo do autor).

Apesar de considerarem os negros analfabetos e insipientes, “a taxa de literacia em Portugal era, em 1500, de apenas 1%. E em 1800, apenas 10% da população sabia ler e escrever” (PROFBLOG, 2011). Segundo o historiador e investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Rui Manuel Monteiro Lopes Ramos, “em 1878, 79,4% dos portugueses maiores de 6 anos residindo no continente do Reino não sabiam ler” (RAMOS, 1988, p, 1067).

Mesmo assim, consideravam os africanos seres impensantes, amorfos, coisificados, “um tipo antropológicamente inferior, não raro próximo do antropóide, e bem pouco digno do nome de homem” (MARTINS apud FREITAS, D., 1982, p. 20), portanto, incapazes de raciocinarem e criarem estratégias de sobrevivência. Desconheciam talvez, em que “o processo de escravização atingiu indivíduos educados, alfabetizados, muitos com experiência administrativa, comercial ou militar, outros de origens aristocráticas. Desta forma, os muçulmanos entre eles, trouxeram consigo as tradições, o conhecimento, o modo de vida” (ORDEM JERRAHI NO BRASIL, 2003), desenvolvidos hibridamente em a Mãe África. Com tais falácias e engodos, ainda em terras africanas, os escravocratas e traficantes acreditavam que

todo escravo que ia ser embarcado era obrigado a dar voltas em torno de uma árvore: a Árvore do Esquecimento. Os escravos homens deviam dar nove voltas em torno desta. As mulheres sete voltas. Depois disso supunha-se que os escravos perdiam a memória e esqueciam seu passado, suas origens e sua identidade cultural para de tornarem seres sem nenhuma vontade de reagir ou se rebelar (SERPOS apud ATLÂNTICO NEGRO, 1998).

Antes do embarque, como cargas, nos porões dos navios, os escravos constituíam um “quadro étnico e cultural da massa” africanos, contribuindo para o temor dos traficantes: “os capitães dos navios recusavam embarcar escravos pertencentes ao mesmo povo ou que falassem a mesma língua portanto o perigo de motins a bordo – freqüentes e terríveis” (FREITAS, D., 1982, p. 50). Esse fato já constituía o embrião da hibridação cultural a que seriam submetidos no Novo Mundo.

Essas imbricações interculturais são expressões simbólicas que, para Paul Gilroy, é uma centrifugação ou ressystematização cultural de comunidades, de sociedades, de povos africanos, relacionadas ao intermeio do navio negreiro com o mar. Assim, todos os deslocamentos, particularmente friccionados pela “imagem do navio - um sistema vivo, microcultural e micropolítico em movimento – é particularmente importante por razões históricas e teóricas, [que coloca em] circulação de idéias e ativistas, bem como no movimento de artefatos culturais e políticos” (GILROY, 2001, p. 38), estrutura transcultural a que chamou de *O Atlântico Negro*.

Os negros africanos, apesar de humilhados e receberem tratamentos sub-humanos na travessia atlântica e em terras brasileiras, reconverteram seus códigos culturais e criaram estratégias para se ter uma vida menos sofrida. A partir desses cenários, esta pesquisa objetiva analisar o processo de reconversão cultural dos quilombolas históricos, no contexto da hibridação, com os escravistas do Brasil. O que se quer compreender são as reconversões culturais e as estratégias de negociações que os “aquilombados” procederam, nos âmbitos social, laboral e econômico, realizadas com os grupos hegemônicos no período que antecedeu à abolição da escravatura.

Apropriações metodológicas

A hibridação é um processo sociocultural complexo, percebido na contemporaneidade, que envolve atores sociais das classes populares e hegemônicas. De acordo com Néstor García Canclini essa transformação ou recontextualização cultural, pode acontecer de forma não planejada por sujeitos ou grupos sociais. Os atores socioeconômicos buscam estar inseridos, “en nuevas condiciones de producción y mercado [pues] no es una simple mezcla de estructuras o prácticas sociales discretas, puras, que existían en forma separada, y, al

combinarse, generam nuevas estructuras y nuevas prácticas”, econômicas, socioculturais (CANCLINI, 1996, p. 3).

A hibridação é compreendida por resultados de estruturas que não podem ser consideradas fontes puras ou autênticas. Nessa perspectiva, sua estruturação teórica pode compreender também, análise de grupos sociais históricos, porque, “hoje, pelo contrário, estamos preparados para encontrar a hibridização quase que em toda parte na história. Os historiadores da Antigüidade, por exemplo, estão se interessando cada vez mais pelo processo de “helenização” (BURKE, 2003, p. 20, grifo do autor).

O pesquisador Peter Burke lembra que “não devemos nos esquecer dos indivíduos híbridos, quer os que já nasceram originários de culturas diferentes, quer os que se viram nela mais tarde, de bom grado ou não, por terem sido, por exemplo, convertidos ou capturados (COLLEY, 2002 apud BURKE, 2003, p. 36). Ainda de acordo com Peter Burke, “esse tipo de coexistência ou convivência, implicando em diálogo, negociação e tradução cultural, levará, com o passar do tempo, à mistura ou hibridação. Desde 1500, o Brasil se mostra como um bom exemplo – ou uma série de exemplos - de hibridismo cultural” (NÚCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO, 2007).

A reconversão cultural é um dos sentidos da hibridação. Como ressignificação do seu processo é uma representação teórica utilizada nos contextos hegemônico e popular, para estar inseridos no meio e o fazer parte dos circuitos preponderantes. Dessa forma, seu processo de ressignificação se dá de forma espontânea ou intencional. De acordo com Canclini, “historicamente, sempre ocorreu hibridação, na medida em que há contato entre culturas e uma toma emprestado elementos das outras. [...] Em muitos casos essa relação não é só de enriquecimento, ou de apropriação pacífica, mas conflitiva” (DAMAZIO, PEREIRA, (200-).

Segundo a pesquisadora Tauk Santos, “reconverter os códigos da sua cultura em outra, com a intenção de se inserir [nos contextos hegemônicos], participar de uma ordem social ou simplesmente ser reconhecido, representa, em muitos casos, uma experiência penosa e difícil” (TAUK SANTOS, 2008, p. 6).

As reconfigurações culturais espontâneas emergem entre os grupos de contextos populares em “que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária”. Por outro lado, os sujeitos se submetem intencionalmente e, “no outro pólo [estão] aqueles que tiveram negado o [...] direito de manifestar as suas preferências e que no

final se vêem oprimidos por identidade aplicadas e impostas *por outros* - identidades de que eles próprios se ressentem” mas são condicionados a aceitarem para estar inseridos no processo hegemônico (BAUMAN, 2005, p. 44, grifo do autor).

Os quilombolas históricos foram impelidos a reconverter seus códigos culturais, criando, também, estratégias de negociações com os grupos hegemônicos. “Sob a idéia-chave da diáspora, nós poderemos então ver não a “raça”, e sim formas geo-políticas e geo-culturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem” (GILROY, 2001, p. 25, grifo do autor).

A pesquisa foi realizada com técnicas combinadas de coleta de dados em pesquisa bibliográfica de pesquisadores clássicos e contemporâneos e internet, sobre os temas do processo da reconversão cultural e dos quilombolas históricos. As reflexões foram embasadas em Bauman (2005), Burke (2003), Canclini (2002, 1999), Freitas, D. (1982), Freitas, M (1988, 1980), Gilroy (2001), Moura (1987, 1981), Munanga (1995), Silva (1989) Tauk Santos (2008), entre outros.

Quilombos e quilombolas históricos

A estratégia sub-humana da escravidão do Brasil, inicia-se com a diáspora no continente africano, em que negros e negras foram escravizados em vários países, comunidades, aldeias. Considerados “*marfim negro*” (FREITAS, M., 1988, p. 120, grifo do autor) – referência aos valiosos chifres de elefantes, eram encaixotados como peças, mercadorias, cargas produtivas e transportados em porões de navios negreiros para vários países do Novo Mundo.

Fatos determinaram o Brasil com alguns dados proeminentes acerca da escravidão em nível internacional, sendo o país que mais importou escravos e escravas a partir da primeira metade do século XVI e o último a abolir a escravidão de africanos em 1888 (MOURA, 1981, p. 12.), oficialmente. Nos quase quatro séculos de escravidão, os negros, em busca do que as culturas hegemônicas determinaram que não tinha – direitos –, rebelavam-se, fugiam, escondiam-se, formaram novas sociedades: os quilombos⁴.

⁴ As designações quilombo(s) e quilombola(s) têm vários significados de contextos populares. Aqui, é utilizada a nomenclatura para nomear o lugar onde se abrigavam os ex-escravos e como eram denominados aqueles que

Nos períodos Colônia, Império e da Primeira República, os quilombos espalharam-se em todo o território explorado no Brasil: no Norte, na floresta amazônica e, do Nordeste ao Rio Grande do Sul, na faixa litorânea e Zona da Mata. Em busca da liberdade e da sobrevivência, os quilombos foram erguidos em terras férteis, como montanhas ou serras, com olhos d' água, riachos ou rios e de difícil acesso fossem aos escravocratas, coiteiros, aos capitães do mato. Assim, onde existiu escravidão, existiram quilombos (MOURA, 1987).

Os quilombos fundamentavam-se nos abrigos, nas moradias dos negros que fugiam, escapavam da escravidão. Construídos distantes dos cativeiros - conjunto de casas grandes e senzalas e moenda da cana-de-açúcar no Nordeste, e nos territórios cafeicultoress no Sul e Sudeste do Brasil -, tinham estruturas simples, alguns, rudimentares ou improvisadas palhoças.

O quilombo foi uma unidade nuclear, formado por vários abrigos denominados, também, de mocambos. Documentalmente, não se sabe quantos existiram no período escravocrata, pois, além da constante resistência a sua coisificação, os negros, mesmo tendo suas moradias destruídas, na maioria das vezes escapavam, e (re)construíam-nas no mesmo local ou em vários lugares. Contudo, certos aspectos são condicionantes: existiam quilombos de vários tamanhos, “muitos eram pequenos, outros, maiores, mas todos com o mesmo objetivo: fugir do sistema escravista” (MOURA, 1987, p. 34).

O adentramento na mata e a organização social

O habitante dos quilombos do regime escravocrata era denominado de quilombola. Seu significado, sua condição foi uma nova diáspora em terras do Novo Mundo. Isso se refere ao que passavam, principalmente quando despejados no cativeiro e todas as formas de crueldade, atrocidades sofridas: horas de trabalho, açoites, correntes, mordanças, ferrados como bichos brutos. Todos os sacrifícios e mudanças de hábitos “porta adentro” em resgatar sua liberdade, por insana e incerta que fosse, se deu de maneira incondicional em resistência ao sistema escravocrata.

escapavam do cativeiro. Acerca dos mais variados termos, consultar (LEITE, 2000; MOURA, 1987; RODRIGUES; TAUKE SANTOS, 2011 e 2012).

Quando escapavam da senzala - com os trapos, as roupas do corpo, quando as tinham -, e de todas as formas de submissão, psicológica e, principalmente, física, sem norte adentravam léguas apesar da impenetrabilidade, mata adentro, mesmo que “receassem [...] os horrores da selva” (FREITAS, D., 1982, p. 38).

Décio Freitas utiliza-se de documentos do século XVII, que descreve o ambiente onde os ex-escravos buscavam refúgio, sendo “naturalmente áspero, montanhoso e agreste, com tal espessura e confusão de ramos, que, em muitas partes, é impenetrável a toda luz; a diversidade de espinhos e árvores rasteiras serve de impedir os passos e intrincar os troncos”. O autor acrescenta ainda, entre outros perigos da Mata Atlântica, observando “que naquelas hostis e incógnitas paragens se ocultava um mundo animal de onças, chacais, serpentes e mosquitos, todos uma ameaça mortal ao homem. Como toda floresta tropical, era falazmente dadivosa” (FREITAS, D., 1982, p. 16).

Arranchados na mata, sem noção, experiência ou habilidade aos seus elementos ambientais, sobreviviam do extrativismo, especialmente das árvores frutíferas. Com pouca massa humana seria muito difícil se protegerem e sobreviverem. Para tais contingências, recrutavam ou acolhiam os novos ex-escravos. Com esforços comunitários abriram clareiras que, de acordo com Clóvis Moura, além de se desenvolver organizacionalmente, os quilombos são considerados originais no seu desempenho econômico e social, especialmente a partir do desenvolvimento da policultura, cultura não desempenhada pelo sistema escravocrata (MOURA, 1987).

Para se alimentarem, os quilombolas se provinham de três principais recursos: o extrativismo, o de *captura* e, essencialmente, a agricultura. Como coletores, se abasteciam das farturas ambientais da Mata Atlântica, com os frutos dos abacateiros, bananeiras, cajazeiras, goiabeiras, abacaxizeiros, araçazeiros, cajuzeiros, coqueiros, frutas-pão, frutas-do-conde, ingazeiros, jaqueiras, jenipapeiros, laranjeiras, limeiras, limoeiros, mamoeiros, mangueiras, pinheiros, pitangueiras, pitombeiras, tangerineiras (CARNEIRO apud FREITAS, M., 1988, p. 165).

Também, a partir da atividade coletora, os quilombolas desenvolveram o beneficiamento de componentes que a mata oferecia. Um deles foi a palmeira, conhecida dos africanos. A casca do fruto era batida e comida com farinha, além de extraído o óleo para utilização como combustível para a iluminação de suas moradias ou utilizado na culinária. Posteriormente, foi incorporado à mesa da aristocracia nordestina como ingrediente muito apreciado no preparo

de peixes e frutos do mar: o azeite de dendê (FREITAS, D., 1982; MOURA, 1987; FREITAS, M., 1988). A fartura da mata era tamanha que

a indústria de comestíveis [beneficiava os] óleos de amêndoa das palmeiras, os vinhos de frutas, e a uma espécie de manteiga que obtinham também da amêndoa do coco da palmeira pindoba. Nas suas transações com os comerciantes vizinhos, vendiam carne moqueada de caça que pegavam nos inúmeros mundéus que armavam nas matas (FREITAS, M., 1988, p. 177).

Os quilombolas, no seu modo de condução comunitária, também criavam animais domésticos, a exemplo da galinha (de capoeira) e de porcos. Além desses, captavam outras espécimes no meio ambiente: antas, caetetus, coelhos, cutias, pacas, preás, onças, quatis, raposas, tatus, tamanduás, veados. Também se abasteciam de peixes – traíras, carás, jundiás, caborges, carapós, piabas, mussus... -, nos rios próximos aos quilombos. De certa forma, eram fontes regulares de alimentação aos quilombolas (FREITAS, D., 1980; MOURA, 1981 e 1987; FREITAS, M., 1988).

Para os quilombolas, não bastavam apenas ser extrativistas, ou seja, utilizar-se de economia recoletora: na África, eram agricultores. Assim, além da utilização da matéria-prima que o meio ambiente oferecia, frutas e sementes, desenvolveram “uma economia de abundância, pois [...] não se limitavam à monocultura das *plantations*” (MOURA, 1987, p. 33). “A agricultura formava a base da produção econômica. As roças se situavam o mais próximo possível do quilombo, abrangendo a cultura de toda classe de gêneros alimentícios, numa variedade que a sociedade escravista desconhecia” (FREITAS, D., 1980, p. 43).

Nesse sentido, praticavam a policultura – um dos motivos de temor da sociedade escravista, devido à desvantagem, limitação da, apenas, “agroindústria do açúcar”. A prática da agricultura era desenvolvida “duas semanas antes do plantio preparavam o terreno com grandes queimadas. A preparação das terras, a semeadura e a colheita se faziam coletivamente” cultivando milho (colhido duas vezes ao ano), feijão, banana, batata, outros legumes, cana-de-açúcar, mandioca (MOURA, 1987; FREITAS, D., 1982).

Essencial foi a estruturação de sua organização identitária, ou seja, princípios instituídos para elaboração, dinamização de fatores condicionantes a serem regidos coletivamente ao concernente às organizações familiar, social e cultural. Assim, a noção do núcleo familiar era definida, inicialmente, pelo acolhimento de todos ex-escravos ou de outros renegados da classe hegemônica que chegavam nos quilombos.

De acordo com Décio de Freitas, nos quilombos todos os habitantes tinham atribuições específicas a contribuírem com a coletividade: tinham características das “sociedades de classes” e, mais diretamente, eram “as relações de parentesco [...] Não parentesco biológico, impossível entre os negros que procediam de uma grande variedade de etnias, mas parentesco ideológico”.

Ainda, nesse sentido, todo escravo “recém-chegado se incorporava à família do quilombo”, integrando-se “à família dos que resistiam e lutavam contra a escravidão”. Simbolicamente, todos eram considerados parentes. Devido a tais assertivas, “não cabe dúvida de que o quilombo foi uma criação dos escravos, em resposta às condições específicas do sistema escravista brasileiro”. Essa negação compõe os princípios, a ideologia dos quilombolas (FREITAS, D., 1980, p. 46).

Essa “família” também acolhia todas as outras classes perseguidas, ameaçadas, excluídas pelo sistema escravocrata: índios, mulatos e até brancos. Nos quilombos era rara a situação em que “congregassem negros de uma mesma etnia africana”. Além disso, “nem mesmo figuras da classe dominante deixaram de buscar refúgio nos quilombos. Tal o caso de Bernardo Vieira de Melo e Pedro Ivo, perseguidos pela participação, respectivamente, na Guerra dos Mascates e na Praieira” (FREITAS, D., 1980, p. 40).

As necessidades cotidianas para manipulações na agricultura, os afazeres domésticos e a utilização pessoal levaram os quilombolas a produzirem seus instrumentos de trabalho. Foram habilidosos na arte do artesanato funcional: ferramentas agrícolas; potes e panelas de barro; cestos, cuias de coco e cabaça; tecidos e roupas; esteiras, redes, abanos; instrumentos musicais; arcos e flechas (MOURA, 1972 e 1987; FREITAS, D., 1980).

Estratégias de sobrevivência

Para sobreviver às precárias condições dos refúgios ou das investidas atroz dos escravocratas, quando estabelecidos e estruturados os quilombos desenvolveram estratégias peculiares de resistência e sobrevivência às investidas exógenas em três grandes eixos aqui definidos: o das atividades econômica e política; o das organizações familiar, social e cultural e o das parcerias.

No primeiro eixo, foi institucionalizado o “binômio *economia-defesa*”. Todos os quilombolas praticavam a agricultura de subsistência às necessidades dos habitantes, além de

outras atividades produtivas. O excedente era permutado de acordo com as necessidades de consumo não disponível na comunidade. Também, nesse eixo, deveriam estar militarmente preparados para as invasões da classe hegemônica. No campo social, tinham a concepção da igualdade civil comunitária em relação aos afazeres cotidianos, além de serem rigorosos com roubos, adultérios, homicídios e deserções (MOURA, 1987, grifo do autor; FREITAS, M., 1988).

Do ponto de vista cultural, existiam percalços notoriamente em relação à comunicação e à religiosidade por serem plurais: inúmeras línguas, dialetos e muitos cultos e divindades. Assim foi necessário o redimensionamento para que houvesse certa unidade na nova comunidade étnica. Além disso, para sobreviverem, desenvolveram estratégias de parcerias com o grupo hegemônico, no sentido de consumirem outros recursos básicos que eles ainda não produziam (MOURA, 1981; FREITAS, D., 1982).

Estas *concessões*, complexas para a época, são contingenciais característicos do processo de reconversão cultural, pela liberdade, pela resistência ao sistema escravocrata, por direitos. Isso ocorreu em todos os quilombos espalhados em terras brasileiras, mas, principalmente do maior e o mais poderoso deles, o grande quilombo, o Quilombo ou República dos Palmares, estruturado em terras da Capitania de Pernambuco.

A República dos Palmares foi erguida na Serra da Barriga, hoje território do estado de Alagoas. A confederação “se estendia por um paralelogramo de cerca de 27.000 quilômetros quadrados”, com mais de 2.000 casas e população estimada de entre dez e trinta mil habitantes (MOURA, 1972; FREITAS, D., 1982), onde, em 1931, Olinda, a maior cidade da região tinha “uma população enorme calculada em mais de 7.000 pessoas”, e o povoado do Recife, de acordo com o *Inventário das Armas... e dos Prédios*, tem registrado que em 1654, - a futura capital de Pernambuco - apenas em 1827 -, possuía “540 pisos habitáveis [e] uma população de 2.700 pessoas” (MELLO, 1987, p. 48-73).

O grande quilombo resistiu cerca de 65 anos, de 1630 (aproximadamente) a 1695 (MOURA, 1987). O Quilombo dos Palmares - “e’ uma Troya negra, e a historia uma Illiada [...] era o azylo dos escravos fugitivos, como tambem o fôra Roma e os concelhos medievaes. Crescendo em numero, constituiram-se em sociedade (OLIVEIRA MARTINS, 1881, p. 62). O Grande Quilombo foi referência nacional para todas as outras comunidades de ex-escravos.

Negociações e parcerias dos quilombolas

É dedutível seu processo multicultural adaptativo que estabeleceram para sobreviver em uma sociedade comunitária. Esse fato já constituía o processo de reconversão cultural a que estariam submetidos ao longo do tempo. As prerrogativas de adaptação, de hibridização, de reconversão cultural, ou seja, de concessão para sobreviver, estavam inseridas em um novo contexto. De acordo com o antropólogo Kabengele Munanga, os quilombolas teriam,

recebido influências diversas, daí seu caráter transcultural [...] um dado fundamental da cultura afro-brasileira. [...] Com efeito, os escravizados africanos e seus descendentes nunca ficaram presos aos modelos ideológicos excludentes. Suas práticas e estratégias desenvolveram-se dentro do modelo transcultural, com o objetivo de formar identidades pessoais ricas e estáveis que não podiam estruturar-se unicamente dentro dos limites de sua cultura. Tiveram uma abertura externa em duplo sentido para dar e receber influências culturais de outras comunidades, sem abrir mão de sua existência enquanto cultura distinta e sem desrespeitar o que havia de comum entre seres humanos (MUNANGA, 1995, p. 63).

Em virtude disso, não se acomodaram, rompendo a “dominação cotidiana” de várias maneiras, negociando com pessoas ou grupos de autoridades. Assim, não eram apenas concessões dos escravocratas, era resultado “de barganhas entre senhores e escravos, barganhas cheias de malícias de ambas as partes. Se os barões cedem e concedem, é para melhor controlar. Onde os escravos pedem e aceitam, é para melhor viver, algo mais que o mero sobreviver” (SILVA, 1989, p. 8). Ainda de acordo com o autor, no cotidiano os senhores e feitores travavam pequenas guerras não convencionais com os escravos, em que, a recíproca era verdadeira, em busca de ocupar

posições de força a partir das quais pudessem ganhar com mais facilidade suas pequenas batalhas. [...] Os senhores e seus agentes detinham uma enorme vantagem inicial, baseada no acesso a poderosos recursos materiais, sociais, militares e simbólicos. Por isso os escravos tiveram de enfrentá-los com inteligência e criatividade. Eles desenvolveram uma fina malícia pessoal, uma desconcertante ousadia cultural, uma visão de mundo aberta ao novo (SILVA, 1989, p. 33).

A partir dessas transposições, é perceptível o fator multicultural dos quilombolas. A isso, gradativamente, buscaram um denominador comum para elaboração de novas definições consuetudinárias às suas condições no Novo Mundo. Os fatores mais relevantes foram o das línguas e o da religiosidade.

Décio Freitas utiliza-se das pesquisas da africanista Denise Paulme para apontar cerca de 450 línguas “sem contar as variedades dialetais” (FREITAS, D., 1982, p. 49). Posteriormente, os quilombolas criaram uma língua *palmarina*. Nos quilombos, era praticada uma religiosidade sincrética, em que se relacionavam elementos do cristianismo e das crenças africanas. Foram encontradas, em suas povoações, “as imagens das divindades africanas [que] partilhavam os altares com as de Jesus, Nossa Senhora da Conceição e São Brás” (MOURA, 1981, p. 36; FREITAS, D., 1982, p. 48-49; FREITAS, M., 1988, p. 172).

Ainda, segundo Décio Freitas, o fato de os quilombolas “adotarem a língua e a religião dos seus antigos opressores” pode ser explicado “na necessidade de usarem elementos lingüísticos e religiosos neutrais para conciliar e unificar uma massa negra, profundamente dividida pelas suas origens africanas” (FREITAS, D., 1982, p. 48). Após terem *adotado* o português como língua unificadora, em muitos casos, continuaram a se comunicar na língua iorubá, uma das mais recorrentes entre os africanos. Isso, também, se reflete, na religiosidade, com as celebrações sincréticas das religiões afro-brasileiras, sejam nos terreiros ou em manifestações públicas.

As parcerias realizadas pelos quilombolas se davam em três frentes estruturadas para este estudo: a primeira, com a proteção aos mais variados excluídos do sistema colônia, com as informações, os relatos acerca das atividades ou estratégias de perseguição, de opressão aos quilombolas; a segunda, também através de informações dos cativos, pois

os quilombolas eram auxiliados pelos escravos da senzala que muitas vezes os escondiam quando eles faziam incursões aos engenhos. Esta solidariedade constante foi responsável pela prolongada vida dos quilombos os quais, à aproximação dessas expedições, já haviam se retirado do local (MOURA, 1981, p. 18).

A terceira, a econômica, foi a mais importante. Todavia tal procedimento era realizado

depois de alimentada a população, atendidos os gastos coletivos e guardadas em celeiros as quantidades destinadas às épocas de más colheitas, guerras e festividades, ainda sobrava algo para trocar por produtos essenciais das povoações luso-brasileiras. [...] A laboriosidade dos [quilombolas] foi freqüentemente reconhecida pelas autoridades portuguesas. ‘São grandemente trabalhadores’ (MOURA, 1981, p. 40, grifo do autor).

Tratava-se das relações comerciais com vários povoados da Zona da Mata e com as principais cidades do litoral, com os mais variados segmentos: “pequenos proprietários,

agricultores, comerciantes, regatões e mascates de um modo geral”. Com esses, além dos negócios, não menos, também, “prestavam-lhes serviços” (MOURA, 1981). Quando do empreendimento, obtinham informações acerca das articulações contra os quilombolas. Nesse sentido,

os negociantes passaram a ser para os negros de grande utilidade, quase aliados, pelas informações que prestavam de movimentos organizados contra eles nas diversas povoações próximas. Trocavam-lhes os artigos com margem de lucros bem apreciáveis e durante as transações davam todos os pormenores das investidas dos brancos contra os *quilombos* (FREITAS, M., 1988, p. 176, grifo do autor).

Havia negociações em vários níveis, seja na permuta ou na venda de suas produções agrícolas. Essas transações se deram estrategicamente pelos quilombolas, a partir da necessidade de produtos essenciais ao seu abastecimento, como o sal, ferramentas de trabalho, fazendas, armas e munição, negociados pelo resultado da sua agricultura polivalente: milho, açúcar, batatas, azeite, artefatos manuais (FREITAS, D., 1982; FREITAS, M., 1988). De acordo com Antonio Carlos Diegues, apesar dos quilombolas serem relativamente autônomos, mantinham “certa relação de dependência com os pequenos núcleos urbanos, com os grandes proprietários rurais e as autoridades locais, expressa nas categorias de meeiros, parceiros, posseiros, pequenos proprietários e colonos” (DIEGUES, 2001).

Considerações finais

Com esta investigação, buscou-se compreender as reconversões culturais no processo de hibridação, as estratégias de negociações e parcerias realizadas pelos escravos e afrodescendentes, no período que antecedeu a Lei Áurea, em 1888, da qual aboliu a escravidão dos denominados quilombolas históricos no Brasil.

Dessa forma conclui-se que o processo de hibridação e um dos seus sentidos, a reconversão cultural, foi ressystematizado para análise de sociedades históricas, especialmente de contextos populares tradicionais. Percebe-se, então, que o referido processo é um fenômeno mais antigo que os já pesquisados. Os negros e negras já eram híbridos no continente africano, acentuadas tais relações para sobreviverem, seja na relação simbólica do navio com o mar, seja em terras do Novo Mundo.

Os quilombolas não foram um sistema fechado. Muito pelo contrário. Sabiam da sua condição, das suas limitações, das suas dificuldades. Isso desde que adentraram no mato

desconhecido e inóspito. Assim, além do acolhimento de sujeitos que não etnicamente negros, negociavam com a classe dos seus opressores. Esse procedimento não se deu por acaso. Ambos necessitavam de ajuda mútua, assim criaram relações de compatibilidades, de parcerias, naquilo que lhes interessavam, até que fosse possível.

Referências

ATLÂNTICO NEGRO: na rota dos orixás, filme documentário 35mm, 54 min., Itaú Cultural/Videografia, 1998.

BAUMAN, Zygmund, **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

CANCLINI, Néstor García. As culturas híbridas em tempos de globalização: introdução à edição de 2001. In: **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Culturas híbridas y estrategias comunicacionales**. Seminário Fronteiras Culturales; Identidade y Comunicación em America Latina. Universidad de Stirling, outubro de 1996.

DAMAZIO, Reynaldo; PEREIRA Diana Araújo. **Cultura sem fronteiras**. Caderno de Leitura, (200-). Entrevista com Néstor García Canclini. Disponível em: <http://www.edusp.com.br/cadleitura/cadleitura_0802_8.asp>. Acesso em: 21 ago. 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo, S. V. (orgs.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/saberes/saberes.htm>>. Acesso em: 7 out. 2009.

FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **O escravismo brasileiro**. Porto Alegre: Vozes, 1980.

_____. **Escravos e senhores-de-escravos**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brinde/Universidade de Caxias do Sul, 1977.

FREITAS, Mário Martins de. **Reino negro de Palmares**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GRUPO ESCOLAR. **Brasil: os primeiros cem anos (1500-1600)**, 2010. Disponível em: <<http://www.grupoescolar.com/pesquisa/brasil--os-primeiros-cem-anos-15001600.html>>. Acesso em: 25 jun 2012.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Etnográfica. Vol. IV (2), 2000, p. 333-354.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempos dos flamengos**: influência da ocupação na vida e na cultura do Norte do Brasil. 3. ed. Recife: Massangana; Instituto Nacional do Livro, 1987.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Ática, 1981.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista USP, São Paulo, 28. Dezembro/ Fevereiro 1995 / 1996, 56 – 63). Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/28/04-kabe.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

NÚCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO., O Brasil como um grande caldeirão da cultura globalizada, 2007. Entrevista com Peter Burke. Disponível em: <http://www.piratininga.org.br/novapagina/leitura.asp?id_noticia=2299&topico=Entrevistas>. Acesso em: 15 maio 2009.

CASTRO, María García. **Nacionalismo y globalización**. Sociológica. Año 8, n. 21, 257-267, Enero-abril 1993. Entrevista con Néstor García Canclini.

OLIVEIRA MARTINS, J. P. **O Brasil e as colônias portuguesas**. 2. ed., emendada. Lisboa: Bertrand, 1881.

ORDEM JERRAHI NO BRASIL. RAGIP AL-JERRAHI, Sheikh Muhammad. **História da presença islâmica no Brasil**: um breve relato (palestra para o Congresso "El Islam em las dos Orillas" - Sevilha), 2003. Disponível em: <http://www.masnavi.org/jerrahi/Artigos___Palestras/Historia_da_presenca_Islamica_/historia_da_presenca_islamica_.html>. Acesso em: 25 jun. 2012.

PROFBLOG. **O atraso educativo português é atávico**, 2011. Disponível em: <<http://www.profblog.org/2011/04/o-atraso-educativo-portugues-e-atavico.html>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

RAMOS, Rui. Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo In: **Análise Social**, v. XXIV (103-104), 1988 (4.º, 5.º), 1067-1145. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223032571Q0nUJ7ty8Sg03SR3.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

RODRIGUES, Alfredo Sotero Alves; TAUKE SANTOS, Maria Salett. Diáspora quilombola em territórios rurais In: **Revista de Humanidades**. V. 27, nº 1, p. 209-224, jan./jun., 2012.

_____. Comunicação e reconversão cultural em comunidades quilombolas In: **Comunicação & Sociedade**. V. 32, nº 55, p. 105-129, jan./jun. 2011.

SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TAUKE SANTOS, Maria Salett. **Receptores imaginados**: os sentidos do popular. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho "Recepção, usos e consumo midiáticos" do XVII Encontro da Compós, na UNIP, São Paulo, junho de 2008.